

VARIANTE E APARATO CRÍTICO NUM VERSO HOMÉRICO (*ILÍADA* 6, 226)*

VARIANT AND CRITICAL APPARATUS IN A HOMERIC VERSE (*ILIAD* 6, 226)

DELCIDES MARQUES

CECH-UC/UNIVASF

DELCIDES.MARQUES@UNIVASF.EDU.BR

[HTTPS://ORCID.ORG/0000-0003-2179-3268](https://orcid.org/0000-0003-2179-3268)

TEXTO RECEBIDO EM / TEXT SUBMITTED ON: 31/05/2024

TEXTO APROVADO EM / TEXT APPROVED ON: 15/07/2024

Resumo: Esse texto se debruça fundamentalmente sobre a presença do manuscrito Venetus A, o códice Marcianus Graecus Z.454 (=822) do século X, a mais antiga versão completa da *Ilíada* preservada, nas notas de algumas edições críticas da obra homérica, com destaque para o verso 6.226, em que há uma ampla discussão em torno de uma dupla variação textual: ἔγχεσι-ἔγχεα e ἀλλήλους-ἀλλήλων. Ao trazer a discussão antropológica sobre variante estrutural para o debate espera-se problematizar o critério filológico que implica aceitar uma variante e rejeitar outra. Portanto, o artigo pretende demonstrar, a partir da articulação entre os aparatos críticos e o antigo códice marciano, que as variantes podem coexistir produtivamente, sugerindo algo sobre o carácter particular e multitextual da epopeia homérica.

Palavras-chave: Venetus A, Homero, *Ilíada*, variante, aparato crítico.

* Pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com bolsa de Pós-Doutorado no Exterior, realizada no Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra (CECH-UC).

Abstract: This text focuses fundamentally on the presence of the Venetus A manuscript, the codex Marcianus Graecus Z.454 (=822) from the 10th century, the oldest complete version of the *Iliad* preserved, in the notes of several critical editions of the Homeric work, with emphasis on verse 6.226, in which there is a broad discussion around a double textual variation: ἔγχεσι-ἔγχεα and ἀλλήλους-ἀλλήλων. By bringing the anthropological discussion on structural variant to the debate, we hope to problematize the philological criterion that implies accepting one variant and rejecting another. Therefore, the article intends to demonstrate, based on the articulation between the critical apparatuses and the ancient Martian codex, that the variants can coexist productively, suggesting something about the particular and multitextual character of the Homeric epic.

Keywords: Venetus A, Homer, *Iliad*, variant, critical apparatus.

INTRODUÇÃO

Tendo em vista a realização de uma pesquisa mais ampla sobre a reciprocidade na *Iliáda*, merece destaque o excerto homérico que trata do embate entre Glauco e Diomedes, particularmente pela qualidade do material apresentado em relação a esse tema geral de interesse. Procurando realizar uma consistente apropriação do texto, o percurso investigativo provocou a necessidade de analisar aparatos críticos, para entender melhor o estabelecimento de um texto pelos editores. Mas, considerando os limites do artigo e os interesses mais amplos de análise, será abordado apenas um verso do fragmento homérico mais amplo. De modo que esse verso será tomado como mote para as reflexões sobre manuscritos, variantes e edições críticas. Sem falar na interessante alternância de variantes, como se verá. Assim, a escolha desse passo se dá justamente por seu lugar fundamental para a compreensão do desfecho do encontro

entre os dois guerreiros que iriam digladiar e acabam assumindo uma relação de amizade.

Sendo assim, o artigo apresenta algumas observações sobre o verso escolhido, considerando particularmente questões de crítica textual. Será o caso de abordar determinadas variantes documentais, demonstrando, de forma muito resumida, o funcionamento dessa importante área de investigação de escritos antigos (e modernos). Proliferaram estudos dessa espécie no século XIX, quando estava em pauta o esforço para desvendar o lugar de Homero frente às obras a ele atribuídas: uns no afã de recuperar um texto mais próximo possível do autógrafo que não mais existe, outros com a intenção de escancarar com pessimismo a impossibilidade de tal empreendimento.

O Oitocentos teve uma pujança de pesquisas que formaram muito do que se entende atualmente por Estudos Clássicos. Nesse sentido, pode-se explorar as problematizações relacionadas à “questão homérica” entre diversos autores da antiguidade e do medievo, e entre os modernos, com destaque para as universidades europeias no século XIX. Diversas disputas foram realizadas em torno da existência ou não de Homero, seja como indivíduo seja como autor, bem como sobre a extensão e os limites do *corpus* literário a ele atribuído. Para tanto, houve um enorme empenho diante de documentos gregos e latinos, cobrindo escritos que foram datados, avaliados, comparados, corrigidos, aceitados ou rejeitados. Diante de uma infinidade de cópias, seria possível escalonar os textos mais ou menos confiáveis para a reconstituição do original homérico? Ou esse interesse seria um delírio a ser combatido? Assim, critérios internos e externos foram estabelecidos para ambos os fins.

O argumento a ser defendido aqui está ancorado na pretensão de trazer uma contribuição aos Estudos Clássicos em termos de uma discussão entre a crítica textual e o conceito estruturalista de variante, para pensar especificamente a relação entre um códice medieval e os modernos aparatos críticos desse verso homérico. Nesse sentido, a preocupação de recorte e referência analítica paira fundamentalmente

sobre o trabalho técnico de produção de indicativos documentais, que devem justificar a escolha de uma ou outra variante textual para o estabelecimento da versão apresentada como a melhor opção para cada texto crítico editado.

No que tange ao verso homérico em questão, há duas formulações iniciais que são perceptíveis em diversos documentos e no debate crítico, e que podem ser exemplificadas pelas duas primeiras impressões da obra homérica. Enquanto Demetrios Chalkokondyles utiliza ἔγχεσι δ' ἀλλήλων ἀλεώμεθα καὶ δι' ὀμίλου para apresentar o verso, Aldo Manuzio o publica como ἔγχεα δ' ἀλλήλων ἀλεώμεθα καὶ δι' ὀμίλου. Do ponto de vista gramatical, os termos que variam são declinações do neutro ἔγχος, “lança”, “espada”, “arma”. No caso de ἔγχεσι, trata-se de um dativo plural, e em relação a ἔγχεα, um acusativo plural. Uma tradução literal possível do verso com a primeira opção seria: “Pois evitemos com as armas uns dos outros através da multidão”. E para a segunda formulação: “Pois evitemos as armas uns dos outros através da multidão”. Do ponto de vista métrico, não há diferença na escansão desses hexâmetros dactílicos. Em artigo posterior haverá um tratamento adequado de métrica, fórmulas e performances presentes no fragmento homérico estudado. Resta dizer que o termo ἔγχος é um arcaísmo recorrente em Homero, mas que será logo suplantado por δόρυ.

Como se percebe de imediato, há uma divergência na primeira palavra: um deles se vale de ἔγχεσι e o outro de ἔγχεα. Essa aparentemente desprezível variação possui alto rendimento para os estudos filológicos que avaliam os processos de transmissão textual. Por isso mesmo, os editores modernos dos textos buscam, em grande medida, resolver ou esclarecer esse tipo de divergência por meio do estabelecimento de um texto crítico. Para a formação de um classicista, diz Martin West, essa é uma “parte indispensável”. Pois é com essa formação que se discute a presença de um elemento ou outro neste ou naquele texto e o que parece trivial passa a evocar a possibilidade de investigação do uso de partículas e dos hábitos literários de um ou outro autor, neste

ou naquele momento, de modo que essa minúcia permite formular observações e chegar a termos não imaginados anteriormente.

Considerando a atenção que será dada às variações ἔγχεσι-ἔγχεα e ἀλλήλους-ἀλλήλων (essa segunda correlação será evidenciada adiante), é necessário que sejam feitos alguns esclarecimentos procedimentais. Primeiro, diversos autores consultados não serão diretamente utilizados aqui, particularmente por não indicarem, em seus aparatos, documentos acerca do verso em questão. Em segundo lugar, os editores diretamente utilizados foram, em ordem cronológica: Christian Heyne, Francis Spitzner Saxo, Jacob La Roche, Arthur Ludwich, Aloisius Rzach, Walter Leaf, David Monro & Thomas Allen, Thomas Allen, Paul Mazon, Hartmut Erbse, Helmut van Thiel e Martin Litchfield West. Eles estão em ordem cronológica, pois algumas vezes um editor posterior cita ou se vale de algum de seus antecessores, mas não se espera que isso transmita a impressão de que o editor subsequente é mais bem-sucedido que seus predecessores. Ademais, cada um deles possuía acesso a certos documentos julgados pertinentes ou não para as edições críticas empreendidas e, em alguns casos, há documentos que só se tornaram conhecidos posteriormente.

Foram consultadas essas diversas edições críticas da *Ilíada*, e em cada uma delas considerou-se as variantes escolhidas e os documentos comprobatórios da decisão textual, mas isso gerou um enorme volume de informações. Sendo assim, e como dito no início, não foi possível trabalhar todas as referências às variantes documentais citadas em cada um dos aparatos críticos do verso homérico escolhido. Em alguns casos, o corpora é considerável e pediria no mínimo uma investigação particular para cada edição do verso analisado. Para não cometer imprecisões, o destaque será dado ao manuscrito medieval Venetus A, catalogado como códice Marcianus Graecus Z.454 (=822), do século X, a mais antiga versão completa da *Ilíada* preservada. Obviamente ele não é o único documento basilar presente nos aparatos críticos, mas possui um lugar central para as opções entre as variantes textuais.

O CÓDICE ESCOLHIDO

É apropriado conhecer visualmente a formatação do fólio 84 verso do Venetus A, que interessa diretamente a essa discussão por contemplar o excerto homérico que está em questão. É importante também atentar para a organização e distribuição do conteúdo no fólio em termos de codicologia e paleografia, bem como para a história do documento. Como não se trata aqui de discutir pormenorizadamente o manuscrito em tais especificidades, essas referências mínimas abrem essa possibilidade ao leitor. E como não é o caso também de replicar o fólio, devido principalmente à impossibilidade de manter a qualidade necessária de resolução da imagem para adequada análise, fica a referência para uma consulta extremamente proveitosa. Para a visualização do Venetus A, é preciso acessar a sua versão digitalizada, disponível na página da Biblioteca Nazionale Marciana, Venezia, Itália.

34

O códice foi publicado em fins do século XVIII por iniciativa de Jean Baptiste Gaspard d'Ansse de Villoison e desde então tornou-se predominante nas edições críticas. Mesmo com muitos outros documentos citados nos aparatos, esse texto do medievo é tomado como divisa, tanto devido à sua importância histórica quanto em relação à sua copiosa ocorrência nas notas críticas sobre as variantes. Como foi necessário estabelecer um critério para seleção e análise dos dados, considerou-se a recorrência de um mesmo manuscrito na maior parte das edições (e até mais de uma vez em cada aparato), de modo que essa saturação permitiu destacar produtivamente esse documento como guia para discutir os aparatos, variantes e edições.

Por meio dessa discussão será mostrado o dilema do crítico textual que deve “proceder a uma avaliação da qualidade das diferentes fontes” por meio de evidências internas e/ou externas. Como é facilmente perceptível numa consulta panorâmica aos aparatos críticos, há predominância de evidências externas em relação às internas. Mas é importante lembrar que as justificativas internas podem ser um apoio

fundamental para cada leitura. Nesse sentido, as abundantes fontes externas devem ser comparadas e datadas, bem como deve-se atestar sua proveniência. São procedimentos que permitem “decidir não apenas quais as variantes que são verdadeiras e quais são as falsas, mas também quais é que são emendas dos copistas”. Cada variante deve ser tratada de modo a se perceber entre os desacordos encontrados, qual delas é mais plausível; mas isso por demonstração, e não por mera opinião pessoal.

West ainda fala em “tratamento de tradições contaminadas”, que parece uma expressão pejorativa, mas indica a confluência de lições que implicam, por exemplo, manter as variantes indicadas – uma no texto e outra na margem –, omitir uma das variantes, substituir uma pela outra, etc. E presume-se, de antemão, que são cópias “das quais nem sequer uma está livre de erro” e que “sempre que um manuscrito é copiado, é quase certo que se cometem alguns erros”; e ainda que um copista possa corrigir os erros de outro, há mais erros que correções nos manuscritos). Essa posição é, no limite, um modo de defender a crítica textual ante uma leitura convencional da obra.

35

Como diz Maas, outro importante estudioso, esses manuscritos são de “confiabilidade incerta”, pois não temos mais o texto escrito pelo próprio punho do(s) autor(es), nem mesmo cópias que tivessem sido comparadas com o original. Restam apenas abundantes cópias de cópias. E, na esteira do que se espera da crítica textual, a sua tarefa é “restaurar um texto o mais próximo possível do autógrafo (o original)”. Para entender esse procedimento é importante observar os aparatos críticos.

AS NOTAS CRÍTICAS DOS TEXTOS

Em relação aos aparatos críticos, West ainda sugere que não são fixos e inquestionáveis, mas deve-se suspeitar deles, pois nem sempre os editores “são pessoas em quem se possa confiar”. Seria preciso,

portanto, não se sentir dependente dos aparatos críticos, mas “exercer sobre eles o seu próprio juízo”. Por isso mesmo, West dedica parte substancial de sua obra relativa à crítica textual e às técnicas editoriais para apresentar orientações gerais sobre como são produzidas edições e notas críticas, e como se pode compreendê-las.

Os primeiros a fazerem análise editorial da *Ilíada* foram os estudiosos de Alexandria, e no caso da passagem analisada, quatro deles são citados nos aparatos críticos: Zenódoto de Éfeso, Aristarco de Samotrácia, Nicanor de Alexandria e Dídimos de Calcentero. Nesta mesma ordem de menções. Zenódoto aparece em todas as notas críticas como o contraponto de Aristarco, que ocupa o segundo lugar nas menções; ainda que no século II a.C., Aristarco tenha se contraposto a Zenódoto, seu antecessor. A seguir advêm Nicanor e Dídimos, que são citados para esse texto por Erbse. Em todo caso, e para os fins do argumento desse texto, foram destacados justamente os dois primeiros por terem relação direta com Venetus A, pois há lições a serem consideradas no verso em questão e que estão vinculadas justamente à oposição primeva entre Zenódoto e Aristarco, um deles usando a correlação ἔγχεσι/ἀλλήλους, e o outro, ἔγχεα/ἀλλήλων. Para uma argumentação fundamental sobre as relações entre Homero, Zenódoto e Aristarco, há o precioso estudo de Giorgio Pasquali sobre a história da tradição e da crítica do texto. Algumas constatações decorrem desse embate que acompanha toda a história crítica do texto, e que começa naqueles primeiros séculos da Biblioteca de Alexandria.

Ainda que muitos estudiosos tenham comemorado a edição do Venetus A, outros, como Friedrich Wolf entenderam justamente que o esforço produzido desde os alexandrinos era meramente conjectural (ele chama de “restos alexandrinos”), pois não seria possível reconstituir o texto de Homero, afinal de contas a transmissão a partir da oralidade e da memória dos ῥαψωδοί (“rapsodos”), mesmo depois do texto homérico organizado, o teria “corrompido”. E os próprios alexandrinos teriam feito alterações arbitrárias no texto. De todo

Esse arranjo tem a vantagem de sintetizar e organizar as ocorrências de A entre os autores indicados, considerando particularmente como os conteúdos foram administrados a partir de sua explicitação para atestar escolhas textuais. O esquema sugere antecipadamente uma apresentação dos usos do códice em relação a cada um dos quatro termos gregos (ἔγχεα, ἀλλήλων, ἔγχεσι e ἀλλήλους), o que permite perceber como o manuscrito marciano desempenha um papel fundamental na produção dessas versões textuais. Editar o texto é justamente o que promove a crítica textual produzida por esses autores que formatam o texto para encontrar as melhores alternativas e abandonar as opções que forem julgadas inadequadas. Assim, estabelece-se um texto final que mesmo não sendo definitivo, procura estar o mais embasado possível em termos de plausibilidade e credibilidade. O meticoloso trabalho dos editores é coroado com o estabelecimento desse texto, seguido por notas de rodapé, que são o aparato crítico, sinalizador das decisões tomadas e que atesta a possibilidade de sugerirem uma nova versão do texto, mesmo diante de edições estabelecidas anteriormente.

É preciso observar essa operação filológica mais de perto.

Para abordar o termo ἔγχεα, o códice A é mobilizado explicitamente por Jacob La Roche, Aloisius Rzach, Walter Leaf, David Monro & Thomas Allen, Thomas Allen e Paul Mazon. Em dois deles a formulação é simplesmente “ἔγχεα A”. Outro deles adiciona *testis* para indicar que o códice é uma testemunha da opção ἔγχεα. Em contraste com essa menção direta a A, é também muito interessante perceber como três editores abordaram uma variante interna ao códice, indicada por um escólio interlinear: um deles formula “ἔγχεα/σι A”, enquanto outro apresenta “ἔγχεα superscr. σι”, e o último, “ἔγχεα A (supr. σι)”. Nesse caso, é preciso ao menos um adendo esclarecendo que C (Laurentianus 32.3, dos séculos XI-XII) é também usado para indicar essa construção combinada ἔγχεα/σι nesses três editores.

Esse escólio interlinear está localizado exatamente sobre o termo ἔγχεα no corpo do texto de Venetus A. Observar esse detalhe do códice torna visível nele mesmo a variação entre os dois termos gregos. Como se estivesse sendo dito por meio da anotação que a terminação em -σι é plenamente possível, ainda que a opção do texto tenha sido pelo final em -α. Ludwich, por sua vez, explicita a escolha por ἔγχεα indicando outros documentos para justificar a decisão. É preciso reiterar que, como já indicado, outros documentos extremamente importantes para a crítica são citados nos aparatos, seja como complemento e apoio ao Venetus A, seja para se contrapor ou diferir dele. No primeiro caso, um dos textos é o T, Townleianus, ou Burney 86, do século XI, localizado no Museu Britânico. No segundo caso, entre outros, há o D, códice Laurentianus 32.15, produzido entre os séculos XI e XII. Interessante também perceber como as escolhas editoriais fazem um documento atestar uma variante para alguns e substituí-la para outros.

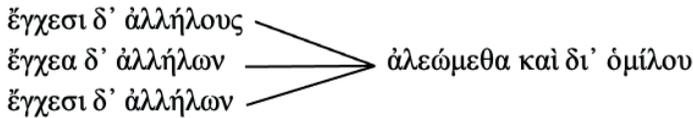
Assim, o editor Ludwich utiliza o códice A para outra finalidade em relação ao mesmo verso. No caso, ao retomar outro escólio do manuscrito: “οὕτως, ἀλλήλων. Ζηνοδοτέιος δέ ἐστιν ἢ ἀλλήλους”. Dessa forma, se diz que onde está ἀλλήλων, para Zenódoto seria ἀλλήλους. Thomas Allen também cita literalmente esse escólio intermarginal. Nessa mesma esteira havia trilhado o argumento de Christian Heyne ao se referir a esse escólio de A: “Zenodotus fertur legisse ἀλλήλους, legerat ideo: ἔγχεσι δ’ ἀλλήλους ἀλεώμεθα”. Dizem que Zenódoto leu ἀλλήλους, portanto ele leu: ἔγχεσι δ’ ἀλλήλους ἀλεώμεθα. Outros editores também indicam o manuscrito e relacionam o termo ἀλλήλους a Zenódoto. Com relação ao seu termo variante, ἀλλήλων, o Venetus A é mobilizado explicitamente por dois editores. Como já visto, enquanto um reforça que em A se percebe a presença de ἀλλήλων em contraste com a leitura alternativa de ἀλλήλους feita por Zenódoto, o outro transcreve um escólio de A para evidenciar a leitura de Zenódoto.

Com relação ao vocábulo ἔγχεσι, destacam-se alguns editores. Entre eles, Heyne é o único a adotar esse termo em sua edição usando o escólio de A para a justificar: dizem que Zenódoto leu ἀλλήλους, de modo que sua compreensão do texto foi: ἔγχεσι δ' ἀλλήλους ἀλεώμεθα. Para ele, ἔγχεσι deve presidir a oração, mesmo porque o termo não é inusual em Homero. Aqui ele sugere essa evidência interna. De todo modo, essa leitura contraintuitiva de Heyne não é seguida pelos demais editores que citam A para se referir a esse termo. Para outro editor, por exemplo, mesmo citando Heyne como defensor da admissão de ἔγχεσι, ele não a aceita e diz que também ἀλλήλους deve ser revogado como leitura, ainda que Heyne também já o tenha rejeitado. A seu modo, Spitzner Saxo cita A para indicar a relação Zenódoto-ἀλλήλους e menciona a combinação Heyne-ἔγχεσι associada a outros documentos relevantes. O contraste entre Aristarco e Zenódoto preconizado no códice é também destacado por outro editor. Como visto, La Roche indica numa formulação abreviada que no Venetus A ocorrem os dois termos, “ἔγχεα\σι”, e arremata: “Aristarchus ἔγχεα δ' ἀλλήλων: Zenodotus ἔγχεσι δ' ἀλλήλους”. Em dois outros casos, o argumento está contemplado pela citação direta do escólio de A. Um deles é o único que publiciza o texto completo do escólio principal do códice em seu aparato, mas cujo teor central é um comentário à relação entre Glauco e Diomedes a partir de Nicanor, que teria optado por ἔγχεσι. Há ainda um editor que se vale do escólio para estabelecer um comentário sobre os guerreiros, sem relação direta com a opção pelos termos do verso, pois, para isso, ele usa outro documento.

É preciso destacar que Zenódoto funciona geralmente como uma contra-variante. Com exceção de Heyne, o autor grego é citado sempre como a outra opção. Ele é o contraponto rejeitado tanto em relação a ἔγχεσι como a ἀλλήλους, mas que precisa ser sinalizado. Ao indicar preferencialmente o códice Marcianus, que se acha vinculado à tradição de Aristarco, mesmo que nem sempre seja explicitamente mencionado, ele é escolhido em detrimento de Zenódoto, muito mais

nomeado. Esse aspecto é importante em relação aos aparatos, pois muitas vezes é fundamental evidenciar as opções rejeitadas nas notas, e o códice A é situado nelas justamente com essa finalidade: nomear e se afastar de Zenódoto.

Interessante ainda que nenhum dos editores consultados utilizou a opção ἀλλήλους para o texto, mesmo aquele que aceitou a pertinência de ἔγχεσι. Há, portanto, apenas três combinações desses termos destacadas nas edições críticas consultadas: a primeira, atribuída a Zenódoto; a segunda, defendida por Aristarco, e seguida pela maioria dos críticos modernos; e a terceira, utilizada pelos três editores acima. Assim, eis a correlação entre os termos:



41

Esse esquema de combinação das lições textuais passa em grande medida pelo códice medieval, que é absolutamente central para a moderna avaliação do texto homérico. O manuscrito cita frequentemente Aristarco e Zenódoto também em outros trechos, mas é o primeiro deles que se constitui a principal autoridade nos escólios. Como vimos, essas anotações que ocupam as margens do texto têm a função de comentar e esclarecer pontos obscuros da poesia homérica e são mesmo interpretações que tornam possível perceber versões do texto.

REGISTRO ANTROPOLÓGICO SOBRE VARIANTES

Como ficou perceptível, é considerada tarefa do filólogo caçar os vestígios do texto transformado, ou mesmo distorcido. Como diz

Sigmund Freud: “A distorção de um texto não é diferente de um assassinato. A dificuldade não reside na execução da ação, mas na eliminação dos vestígios”¹. O aparato crítico é o local onde são sinalizados os indícios considerados significativos, e onde os vestígios desqualificados são omitidos ou revelados. Ainda seguindo a metáfora do investigador, juiz ou detetive, a filologia pode funcionar mesmo como um processo judicial que se efetua por meio de provas e testemunhos persuasivos².

Nesse ponto em particular urge trazer uma reflexão antropológica sobre variante, que pode tornar mais hercúleo o esforço reflexivo em torno do trabalho filológico. É preciso dizer que o termo “variante” não possui imediatamente o mesmo sentido nos trabalhos filológicos e antropológicos. Claude Lévi-Strauss não o utiliza para se referir a critérios valorativos, de modo que suas análises não procuram recuperar a primeira ou mais fidedigna versão de um mito. Elas não recuam em busca de uma versão definitiva ou menos corrompida. Ao invés de estabelecer um tribunal de absolvições e condenações de variantes, Lévi-Strauss considera cada discurso mítico como um acontecimento único com suas transformações. Ele evita, inclusive, reconstituir o fato histórico do mito, o que pode se tornar um esforço ameaçado por uma regressão *ad infinitum*.

Para realizar sua tarefa, Lévi-Strauss tomou da linguística a ideia de que os termos considerados de forma isolada não carregam um significado intrínseco, mas o significado surge exatamente da maneira como eles se combinam, se opõem, se relacionam. Por isso mesmo, os mitos se transformam e as transformações implicadas operam de uma variante a outra de um mesmo mito, ou de um mito a outro. Os mitos também variam numa mesma sociedade ou de uma sociedade a outra. E mais: as variantes de um mito podem ocorrer num mesmo

1 Freud 1939: 70.

2 Conte 2020.

narrador, de modo que cada variante é uma versão válida, com suas sutilezas próprias.

Com isso em vista, determinar as variantes que possuem valor e aquelas que podem ser ignoradas é um procedimento seletivo, parcial e interessado, mas que muitas vezes é sugerido como tendo uma objetividade técnica insuspeita. Lévi-Strauss prefere, então, assumir os recortes e escolhas, bem como valorizar aquelas variantes do mito que foram objeto de descrença em algum momento³. E processa-se assim uma comparação entre mitos de procedências distintas para entrever “relações de inteligibilidade recíproca”⁴. Como as variantes são combinatórias, o procedimento investigativo é uma busca de invariantes ou de elementos invariantes entre as diferenças superficiais. Não se trata, para o antropólogo, em detrimento do filólogo, de especificar as variantes verdadeiras e falsas. Não é sua preocupação estabelecer quais devem ser escolhidas como dignas e quais devem ser rejeitadas. Todas as variantes são comparáveis. Todas dizem algo em relação ao tema. E mais: as variações conversam umas com as outras, até porque os mitos se pensam entre si.

Pode-se dizer que o trabalho do filólogo é “uma prática comedida e paciente de comparação”. E devido à variabilidade e quantidade de material, seu esforço pode ter um “sucesso ilusório”⁵. A alternativa formulada por Bernard Cerquiglini se aproxima do que está sendo pensado por meio de Lévi-Strauss, quando diz que a variação é tão geral e constitutiva que seria o caso de “dizer que cada manuscrito é um rearranjo, uma versão”⁶. De todo modo, é importante ainda destacar que Lévi-Strauss sempre tratou com muito respeito o empenho dos filólogos, mesmo que ressaltando algumas diferenças.

3 Lévi-Strauss 1987: 120.

4 Lévi-Strauss 2004 [1964]: 32.

5 Cerquiglini 1989: 61.

6 Cerquiglini 1989: 62.

Ao estabelecer uma distinção com seu modo de trabalho, ele diz que “o recurso à filologia se impõe sobretudo no caso das línguas mortas, em que o sentido de cada termo só pode ser estabelecido sendo permutado em vários contextos”⁷. No que tange aos estudos mitológicos que ele realizou, “as narrativas são colhidas da boca de informantes que ainda falam suas línguas e junto aos quais boa parte dos equívocos e ambiguidades podem ser previamente elucidados”⁸. Como não seria viável para Lévi-Strauss tomar como pré-condição de estudo dos mitos indígenas o conhecimento de suas línguas de origem, pois tornaria o projeto estruturalista irrealizável, ele trabalhou com instrumentos improvisados e fabricados para suprir essa carência. Contudo, sem a pretensão de “substituir o estudo filológico, cuja falta sempre se fará sentir, mas para compensar numa certa medida a impossibilidade de nos valermos dele”⁹.

E ele avança sua argumentação dizendo que, mesmo que se achem variantes mais antigas, elas poderiam aumentar a compreensão do mito em determinados pontos, mas não afetariam substantivamente a relação forma/significado que permanece. E mesmo o conhecimento das línguas indígenas de onde os mitos provêm, não promoveria um avanço considerável em direção alheia àquela dos resultados obtidos por sua investigação. Com isso, o estudo filológico dos mitos indígenas poderia trazer contribuições suplementares, mas ainda assim não afetaria os resultados essenciais alcançados pela análise estrutural em termos de conteúdo semântico¹⁰. “Infelizmente”, ele lamenta, “na maioria dos casos, não existe texto original e o mito só é conhecido por intermédio de uma ou várias traduções sucessivas”¹¹.

7 Lévi-Strauss 2011 [1971]: 620.

8 Lévi-Strauss 2011 [1971]: 620.

9 Lévi-Strauss 2011 [1971]: 621.

10 Lévi-Strauss 2011 [1971]: 622.

11 Lévi-Strauss 2011 [1971]: 620-1.

Essa retomada da proposta estruturalista, guardadas as diferenças entre a antropologia e a filologia, pode se conectar com estudos homéricos que contemplam a dimensão oral e performática do mito. Ainda que se possa falar em preferências, as variantes são todas igualmente válidas e potencialmente instigantes para se compreender os processos de criação e transformação do mito, inclusive porque a transmissão oral perdura e influencia mesmo após a constituição do verso homérico num certo formato textual¹². Por isso, há uma dificuldade de se falar num texto homérico definitivo, mesmo na antiguidade¹³. O que existe é um contínuo processo de refazimento de versões orais e escritas. Na esteira de Almuth Grésillon, pode-se dizer que as variantes indicam processos de criação, onde o interessante não é o estabelecimento da melhor edição do texto, e sim considerações sobre o trabalho de construção dessas versões e variantes¹⁴.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

45

Os críticos estabeleceram como texto geral final apenas duas opções. De um lado, ἔγχεα δ' ἀλλήλων, e de outra parte, a variante majoritariamente rejeitada pelos editores modernos: ἔγχεσι δ' ἀλλήλων. Poder-se-ia indicar ainda aquela que nem ao menos foi cogitada como possível: ἔγχεσι δ' ἀλλήλους, que fica restrita a um possível Zenódoto. Assim, o Venetus A foi mobilizado de diversas formas pelos editores, ora para atestar um termo, ora para rejeitar outro, ora para apontar para ambiguidades. Essa maleabilidade está presente no próprio códice, na medida em que ele possui escólios que retomam tanto a dualidade dos termos quanto a menção ao embate inicial entre os alexandrinos.

12 Bird 2010.

13 Nagy 2004.

14 Grésillon 1994: 31; para um balanço da crítica genética, Kibuuka 2008.

Diante disso, pode-se dizer que as variantes trabalhadas nos aparatos críticos tendem a destacar diferenças no nível dos detalhes formais presentes nos manuscritos preservados, com destaque para as suas breves e eventuais omissões e inserções ortográficas. Assim, a noção de variante permite-lhes justificar decisões textuais a partir da percepção de diferenças entre os *corpora* tomados como referência. E para além disso, a noção de variante ainda evidencia que os próprios resultados textuais estabelecidos são versões do mesmo mito, para aproximar a reflexão de Lévi-Strauss. Em suma, as versões oficializadas pela crítica textual variam menos do que se poderia imaginar, assim como as próprias variantes manuscritas tomadas como fontes. No limite, as versões são também variantes, e isso não é um problema, mas uma potência que evidencia a diversidade, história e riqueza desses documentos.

E para finalizar, retomando a orientação antropológica desse percurso, pode ser interessante levantar algumas perguntas sobre variantes. É preciso mesmo aceitar uma e rejeitar outra? E se as modificações de um texto, realizadas por um copista ou editor, forem pensadas como criação e produção de um novo texto? *E quando cada uma das variantes parece tão “genuína” e “autêntica” quanto a outra?* Como pensar a crítica textual para uma obra produzida e reproduzida por variantes orais (e textuais) que a modificam? Como fazer coexistir as variantes num mesmo texto sem hierarquia de valor? Estas e tantas outras perguntas ampliam os desafios de se pensar variantes, aparatos e edições.

BIBLIOGRAFIA

- Allen, T. (ed.). (1931), *Homeri Ilias* (vol. 1: A-M), Oxford.
- Bekker, Immanuel (ed.). (1858), *Carmina homerica* (vol. prius: *Ilias*), Bonnae.
- Bird, G. (2009), “Critical signs: Drawing attention to ‘special’ lines of Homer’s Iliad in the manuscript Venetus A”, in C. Dué (ed.), *Recapturing a Homeric legacy*, Washington, 89-115.

- Bird, G. (2010), *Multitextuality in the Homeric Iliad*, Washington.
- Cerquiglini, B. (1989), *Éloge de la variante: Histoire critique de la philologie*, Paris.
- Chalkokondyles, D. (ed.). (1488), *Opera* (vol. 1), Florence.
- Chantraine, P. (1999 [1977]), *Dictionnaire étymologique de la langue grecque*, Paris.
- Conte, G. B. (2020), *Parerga virgiliani: critica del testo e dello stile*, Pisa.
- Contini, G. (1970), *Varianti e altra linguistica: Una raccolta di saggi (1938-1968)*, Torino.
- Dué, C. (2009), *Recapturing a Homeric legacy*, Washington.
- Erbse, H. (ed.). (1971), *Scholia Graeca in Homeri Iliadem* (v. II), Berlin.
- Freud, S. (1939), *Moses and monotheism*, London.
- Gréssillon, A. (1994), *Éléments de critique génétique*, Paris.
- Hecquet, M. (2009), “An initial codicological and palaeographical investigation of the Venetus A manuscript of the *Iliad*”, in: C. Dué (ed.), *Recapturing a Homeric legacy*, Washington, 57-87.
- Heyne, C. (ed.). (1802), *Variae lectiones et observationes in Iliadem*, Lipsiae/Londini.
- Heyne, C. (ed.). (1834), *Ὅμηρου Ἰλιάς; Homeri Ilias cum brevi annotatione* (v. 1), Oxonii.
- Kibuuka, B. (2008), “A crítica textual e a crítica genética: um breve histórico”. *Pequena morte* 13, 1-7.
- La Roche, I. (ed.). (1873), *Homeri Ilias*, Lipsiae.
- Leaf, Walter (ed.). (1886), *Homer: The Iliad* (vol. 1 - books I-XII), London.
- Lévi-Strauss, C. (1987), “De la fidélité au texte”. *L’Homme* 27 (101), 117-140.
- Lévi-Strauss, C. (2004 [1964]), *O cru e o cozido* (Mitológicas, v. 1), São Paulo.
- Lévi-Strauss, C. (2011 [1971]), *O homem nu* (Mitológicas, v. 4), São Paulo.
- Ludwich, A. (ed.). (1884), *Iliad* (Aristarchs Homerische Textkritik nach den Fragmenten des Didymos), Leipzig.
- Maas, P. (2017 [1960]), *La critica del texto*, Roma.
- Manuzio, A. (ed.). (1524 [1504]), *Ὅμηρου Ἰλιάς; Homeri Ilias*, Venice.

- Mazon, P. (ed.). (1937), *Homère: Iliade* (I a XII), Paris.
- Monro, D. & Allen, T. (eds.). (1902), *Homer: Iliad* (vol. 1: I-XII), Oxford.
- Nagy, G. (2004), *Homer's text and language*, Urbana and Chicago.
- Pasquali, G. (1988 [1934]), *Storia della tradizione e critica del testo*, Firenze.
- Rzach, Aloisius (ed.). (1886), *Ὅμηρον Ἰλιάς; Homeri Iliadis Carmina* (vol. 1), Lipsiae.
- Silva, R. G. (2022), *O Evangelho de Homero: Por uma outra história dos Estudos Clássicos*, Tese de Doutorado em Literaturas Clássicas e Medievais, Belo Horizonte.
- Spitzner Saxo, F. (ed.). (1832), *Homeri Iliadis recensuit et brevi annotatione instruxit Francisc. Spitzner Saxo*, Gothae et Erfordiae.
- Van Thiel, Helmut (ed.). (1996), *Homeri Ilias*, Hildesheim.
- Venetius A - Marcianus Graecus Z. 454 (= 822), Biblioteca Nazionale Marciana, Gr. Z. 454 (=822) - IT-VE0049, Venezia.
- Villoison, J. B. (1788), *Ὅμηρον Ἰλιάς; Homeri Ilias ad veteris codicis Veneti fidem recensita*, Venetiis.
- 48 West, M. (2002 [1973]), *Crítica textual e técnica editorial aplicável a textos gregos e latinos*, Lisboa.
- West, M. L. (ed.). (1998), *Homeri Ilias* (I-XII), Stuttgart and Leipzig.
- Wolf, F. (1985 [1795]), *Prolegomena to Homer*, New Jersey.